

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XVIII – Nº 3.616 – Brasília, terça-feira, 13 de março de 2012



Roberto Struckert Filho



Arquivo Pessoal



Arquivo Pessoal



Jaime Acolti



Arquivo Pessoal

Dilma Rousseff, Eunice Michiles, Rosali Scalabrin, Maria Prestes e Ana Alice da Costa (da esq. para a dir.) serão as homenageadas deste ano com o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, criado pelo Senado em 2001

Dilma recebe Diploma Bertha Lutz, hoje, no Senado

O Senado entrega hoje em sessão especial o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz. A distinção é concedida a personalidades femininas que contribuem com a conquista de espaços e direitos pelas

mulheres na sociedade. A presidente Dilma Rousseff está entre as cinco homenageadas dessa 11ª edição do prêmio. Bertha Lutz foi uma das pioneiras do feminismo no Brasil. 2

Duas medidas provisórias trancam a pauta da Casa

Política de defesa civil e crédito para programa de acesso a ensino técnico ganham prioridade no Plenário

Além da MP 547/11, que cria a Política Nacional de Proteção à Defesa Civil e perde validade no dia 21 deste mês, os senadores precisam votar a MP 548/11, que dá crédito ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego e vence em 8 de abril.

Ontem Ana Amélia e Blairo Maggi comentaram a decisão do Supremo Tribunal Federal

que alertou para a determinação constitucional de que comissão mista de senadores e deputados verifique previamente a relevância e a urgência das MPs enviadas.

A senadora disse que a omissão coletiva do Congresso — que não tem cumprido o rito constitucional — coloca em risco a segurança jurídica. Para o senador, o rito vai evitar inclusão de assuntos alheios ao tema principal. 3

Gerardo Magela/Agência Senado



Para Marcos Terena (E), é preciso resgatar valores culturais entre jovens índios

Álcool e drogas geram jovens suicidas, afirmam líderes indígenas 5

Marco regulatório da aviação deve ser revisto, avalia diretor da Anac 6

Mantega fala aos senadores hoje; Paulo Bernardo, amanhã 4

Rio+20 precisa de agenda mais ambiciosa, dizem debatedores 7

Moreira Manz/Agência Senado



Eduardo Viola (UnB); Luiz Alberto Machado (MRE), Collor, José Goldemberg (USP) e Sérgio Besserman (PUC-RJ): Rio+20

Encarte mostra presença do Interlegis em feira tecnológica



Interlegis é destaque na maior feira de tecnologia do mundo

Pág. 2

Eleições 2012: urnas eletrônicas passam por testes de segurança

Pág. 4

Interlegis 15 anos: Armando Nascimento conta como tudo começou

Pág. 4

Distinção, criada em 2001, será entregue à presidente e a outras quatro brasileiras por contribuírem para a ampliação dos direitos e do espaço das mulheres na sociedade

Senado concede a Dilma prêmio Bertha Lutz

A PRESIDENTE DA República Dilma Rousseff receberá hoje no Senado o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, às 10h, no Plenário. Dilma é uma das cinco premiadas desta 11ª edição do prêmio.

A distinção é concedida a personalidades femininas que contribuíram para a ampliação dos direitos e do espaço da mulher na sociedade. Dilma é a primeira mulher a ocupar o cargo de presidente do Brasil. Sua trajetória começou na luta contra a ditadura militar, tendo sido presa e torturada.

Além da presidente, serão agraciadas Maria Prestes, ex-mulher do dirigente

comunista Luiz Carlos Prestes (1898–1990); a primeira senadora da história do país, Eunice Michiles; a representante da Comissão Pastoral da Terra Rosali Scalabrin; e a professora da Universidade Federal da Bahia Ana Alice da Costa, do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres.

Essas quatro premiadas deverão ser recepcionadas no Salão Branco do Congresso às 9h40 e seguirão à sala da Presidência, onde serão recebidas pelos presidentes do Senado, José Sarney, e da Câmara dos Deputados, Marco Maia.

O grupo voltará ao Salão

Branco dez minutos depois para a chegada da presidente Dilma, às 9h50.

Em seguida, todas seguem ao Plenário, onde a mesa da solenidade será composta por Sarney, Maia, Dilma, as senadoras Marta Suplicy (PT-SP) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), e as representantes da bancada feminina da Câmara, deputadas Rose de Freitas (PMDB-ES) e Benedita da Silva (PT-RJ).

Bertha Lutz (1894–1976), que empresta o nome ao prêmio criado em 2001, foi uma das pioneiras do feminismo no Brasil, líder na luta pelo direito de voto das mulheres.

Vanessa defende maior participação feminina



Waldemar Barreto/Agência Senado

Presidente do conselho do Diploma Bertha Lutz, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) defendeu equidade no mercado de trabalho e maior participação feminina na política, especialmente no Parlamento. A senadora afirmou existir por parte dos homens uma “certa incompreensão” sobre a luta feminista.

— A luta não é de mulheres contra homens, mas também dos homens por uma sociedade mais igual. Deve ser travada por homens e mulheres. Não é normal as mulheres representarem 52% do eleitorado e só ocuparem 10% das cadeiras do Parlamento — observou.

Da mesma forma, ela disse não fazer sentido que atualmente as mulheres tenham maior grau de escolaridade e ganhem em média 30% a menos que os homens. Para Vanessa, a maternidade é vista pelo empregador como desvantagem diante do homem.

Anibal quer salários iguais para homem e mulher



Waldemar Barreto/Agência Senado

Anibal Diniz (PT-AC) manifestou apoio ao projeto de lei que prevê multa para empresas que pagam às mulheres salários menores do que os pagos aos homens em mesma função. A proposta (PLC 130/11), aprovada em decisão final pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), recebeu recurso de nove senadores para que seja novamente apreciada em Plenário.

Na avaliação do senador, a aprovação da proposta representa conquista há muito tempo esperada, não apenas pelas trabalhadoras, mas também por todos aqueles que estão comprometidos com o princípio de igualdade entre homens e mulheres.

— Esperamos que, se novamente examinada, essa proposta possa ser ainda mais aprimorada, sem, contudo, permitir espaços que provoquem atrasos em sua sanção — disse.

FGV anula provas para três cargos no concurso do Senado

Devido a insuficiência de cadernos de provas em algumas salas, a Fundação Getúlio Vargas (FGV), organizadora do concurso do Senado, anunciou domingo a anulação das provas para os cargos de analista legislativo nas áreas de Análise de Sistemas, de Análise de Suporte de Sistemas, e de Enfermagem.

De acordo com a FGV, o cancelamento atinge cerca de 10 mil candidatos. Não há data prevista para a nova prova. Segundo o edital do concurso, há oito vagas para analista de sistemas, seis para enfermeiro e três para analista de suporte de sistemas. No total, o concurso do Senado oferece 246 vagas. As provas para os demais cargos continuam válidas. No total, 157.939 candidatos se inscreveram no concurso.

Comissão do concurso divulga nota

O presidente da Comissão do Concurso Público do Senado Federal, Davi Anjos Paiva, divulgou balanço das provas aplicadas no domingo, dia 11, a quase 160 mil candidatos em todo o país

Balanço sobre as provas aplicadas no dia 11 de março

As provas do concurso público do Senado Federal referentes aos cargos de consultor legislativo, técnico legislativo e policial legislativo, aplicadas no período da manhã do dia 11 de março de 2012, transcorreram na mais absoluta normalidade, sem qualquer tipo de intercorrência.

No período da tarde, em que foram aplicadas as provas para o cargo de analista legislativo, a Fundação Getúlio Vargas (FGV) reportou à Comissão do Concurso Público problemas com a impressão das provas para a área de Enfermagem e para as subáreas de Análise de Sistemas e de Análise de Suporte de Sistemas. Como os problemas se mostraram incontornáveis, a fundação, após consulta à Comissão do Concurso Público, decidiu pela reaplicação das provas a todos os candidatos da área e das subáreas afetadas, em todas as capitais, de forma a garantir a isonomia do certame e evitar prejuízos aos inscritos. A data da reaplicação, tão logo seja definida, será comunicada pela FGV a todos os candidatos atingidos e será alvo de edital de convocação a ser publicado no *Diário Oficial da União*.

A Comissão do Concurso Público informa que tais fatos são de exclusiva responsabilidade da Fundação Getúlio Vargas, à qual o Senado Federal encaminhou, por meio da comissão, ofício solicitando explicações detalhadas sobre o ocorrido e pedindo celeridade nas providências destinadas à reaplicação das provas.

Por fim, esclarecemos a todos os candidatos das áreas que não foram afetadas que o calendário do concurso público está integralmente mantido.

DAVI ANJOS PAIVA
Presidente da Comissão do Concurso Público

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço <http://www.senado.gov.br/atividade/agenda/default.asp>

Presidência Homenagem e ordem do dia

9h40 O senador José Sarney recebe as agraciadas com o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz 2012; às 10h, preside a sessão solene destinada a comemorar o Dia Internacional da Mulher; às 16h, preside a ordem do dia.

Congresso Diploma Mulher-Cidadã

10h O Congresso Nacional realiza sessão solene, no Plenário do Senado, para comemorar o Dia Internacional da Mulher e agradecer as vencedoras do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz. Além da presidente da República, Dilma Rousseff, serão agraciadas Maria Prestes, ex-mulher do dirigente comunista Luiz Carlos Prestes; a primeira senadora do Brasil, Eunice Mafalda Michiles; a representante da Comissão Pastoral da Terra, Rosali Scalabrin; e a professora associada do Departamento de Ciências Políticas da Universidade Federal da Bahia Ana Alice da Costa, do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres.

Plenário Coligações eleitorais

14h Na pauta da sessão deliberativa, discussão em primeiro turno da proposta de emenda à Constituição que permite coligações eleitorais apenas nas eleições majoritárias — para presidente da República, governador e prefeito.

Previdência Fundo Aerus

9h A Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social promove audiência pública para debater a situação dos aposentados e pensionistas do fundo de pensão Aerus. Entre os convidados, Luís Inácio Lucena Adams, advogado-geral da União. Na mesma reunião, senadores fazem homenagem póstuma ao advogado Castagna Maia. Ele era responsável pelos processos em defesa dos aposentados e pensionistas do Aerus.

CE Dia Nacional dos Direitos Humanos

11h Na pauta da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, 64 projetos que criam novas datas comemorativas. Um deles institui o dia 12 de agosto como o Dia Nacional dos Direitos Humanos.

CAE Audiência com ministro da Fazenda

12h O ministro da Fazenda, Guido Mantega, comparece à Comissão de Assuntos Econômicos para falar sobre a situação da economia brasileira.

CDR Dívida de pequenos agricultores

14h A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo realiza audiência pública para discutir as dívidas dos pequenos agricultores junto ao Banco do Nordeste. O superintendente da Área de Recuperação de Crédito do Banco do Nordeste do Brasil, José Andrade Costa, é um dos convidados.

Mercosul Contribuições para Instituto Social

14h A Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul reúne-se para examinar duas mensagens. Uma delas submete ao Congresso o texto do convênio constitutivo do Banco do Sul e a segunda refere-se ao texto da decisão sobre as contribuições para o orçamento do Instituto Social do Mercosul.

CPI Violência contra a mulher

14h A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que investiga a violência contra a mulher no Brasil realiza reunião para análise de requerimentos.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões

Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao

Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

TV Senado

A TV Senado transmite a partir das 12h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Projeto prevê seguro-desemprego para vítima de calamidade

Projeto de lei que estende o seguro-desemprego para trabalhadores impedidos de exercer suas atividades em razão de calamidade natural (PLS 36/11) pode ser analisado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) em votação final.

A proposta é de autoria do senador licenciado Marcelo Crivella (PRB-RJ), que recentemente assumiu o Ministério da Pesca. Ele apontou a falta de sistema eficaz de socorro e atendimento às vítimas de fenômenos naturais. Para Crivella, o suporte financeiro do seguro-desemprego servirá para apoiar os trabalhadores na retomada de suas atividades.

O projeto foi aprovado em 27 de outubro na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), na forma de substitutivo de Antônio Russo (PSDB-MS). O texto aprovado também concede crédito de emergência para empreendedores individuais e profissionais autônomos, além de ajustar à norma previdenciária o atendimento na suspensão temporária da atividade profissional.

Nova opção para uso de FGTS em financiamento de moradia própria

Na mesma reunião da Comissão de Assuntos Sociais será votado o projeto de Paulo Paim (PT-RS) que permite o uso de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para pagamento de financiamento habitacional por entidades fechadas de previdência complementar.

Atualmente, a utilização dos recursos do FGTS para aquisição de moradia só é permitida pelo Sistema Financeiro de Habitação (SFH). O projeto (PLS 68/04), que já passou pela CCJ e pela CAE e será votado em caráter terminativo na CAS, recebeu voto favorável do relator, Lauro Antônio (PR-SE), com uma emenda.

Também de Paim, a CAS apreciará em decisão terminativa o projeto (PLS 24/06), já aprovado na CAE, que objetiva facultar ao mutuário — e não apenas ao agente financeiro do SFH — a escolha da seguradora em financiamentos. O relator, Casildo Maldaner (PMDB-SC), considera que o projeto está prejudicado, pois já há normas legais e infralegais em vigor com o mesmo sentido da proposição.

Assumem prioridade votações sobre política de defesa civil e crédito para o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego



Uma das MPs determina que os estados façam estudos para identificar ameaças como as recentes enchentes que atingiram vários municípios no Acre

Medidas provisórias da defesa civil e do ensino técnico trancam a pauta

CHEGARAM AO PLENÁRIO duas medidas provisórias que desde ontem trancam a pauta do Senado. A MP 547/11 institui a Política Nacional de Proteção à Defesa Civil. Prorrogada uma vez, ela perde a validade em 21 de março. Já a MP 548/11, que abre crédito extraordinário para o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), vence em 8 de abril.

A MP 547/11 — agora Projeto de Lei de Conversão (PLV) 4/12 porque sofreu alterações na Câmara — autoriza a criação do Sistema de Informações e Monitoramento de Desastres. Inicialmente, a medida apenas permitia ao governo criar cadastro nacional de municípios com áreas de risco. O texto da Câmara prevê novas atribuições aos municípios, como exercícios simulados, vistorias e intervenção preventiva, quando necessário. Além disso, os municípios

deverão manter a população informada sobre áreas de risco e eventos extremos; promover coleta, distribuição e controle de suprimentos em situações de desastre; e providenciar moradia temporária.

Já os estados terão que fazer estudos para identificar ameaças e apoiar os municípios no levantamento de áreas de risco e na elaboração dos planos de contingência. À União caberá incentivar a instalação de centros universitários de ensino e pesquisa sobre desastres e apoiar o desenvolvimento de material didático-pedagógico para prevenção de desastres. O governo também manterá o sistema de informações.

Outra inclusão da Câmara foi o treinamento de quem presta serviço alternativo ao serviço militar obrigatório.

Eles deverão ser treinados para atuar em áreas atingidas.

Em 90 dias, um plano para transferência dos recursos de defesa civil da União para estados e municípios deverá ser apresentado ao órgão central do sistema. A prefeitura da cidade inserida no Cadastro Nacional de Municípios

que ainda não era obrigada a fazer plano diretor terá cinco anos para mandar o projeto à câmara de vereadores. Aqueles que já possuem o plano deverão adequá-lo às novas regras na próxima revisão.

MP sobre defesa civil vence em 21 de março, e a do Pronatec deixa de valer em 8 de abril

Pronatec

A MP 548/11 — que concede crédito extraordinário de R\$ 460 milhões para pagamento de bolsas de estudantes e trabalhadores no Pronatec — teve apenas ajustes técnicos

da Câmara. O estudante deve estar regularmente matriculado no ensino médio público e ao mesmo tempo em curso profissionalizante. Já o trabalhador — ou beneficiário do Bolsa Família — deverá frequentar cursos de formação inicial ou continuada ou de qualificação profissional com carga horária mínima de 160 horas.

O Pronatec consta da Lei 12.513/11. O Executivo temia que, se enviado por meio de projeto de lei, não fosse possível garantir o pagamento das bolsas em 2012.

Para garantir parte dos recursos, foram cancelados três programas do Ministério da Educação: dois destinados à formação de reserva de contingência e outro para aquisição e adequação da sede da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) no Distrito Federal. No total, os valores cancelados somam R\$ 396,7 milhões.

Para Ana Amélia, omissão gera insegurança jurídica

Ana Amélia (PP-RS) afirmou ontem que o Congresso falhou nos últimos anos ao não respeitar todas as etapas de tramitação na apreciação de medidas provisórias. Semana passada, o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou que as MPs cumpram o rito constitucional, incluindo análise prévia em comissão mista de deputados e senadores.

— Nós colocamos em risco, pela omissão coletiva, a segurança jurídica do nosso país — afirmou a senadora.

Na opinião dela, o STF deu ao Congresso uma nova chance quando alterou a decisão sobre a inconstitucionalidade da lei que criou o Instituto Chico Mendes, evitando assim que mais de 500 leis convertidas sem a análise prévia fossem questionadas.



Senadora critica o que considera omissão coletiva do Congresso

Ana Amélia ainda anunciou que pedirá a retirada da PEC 52/11, de sua autoria, semelhante à PEC 5/12, que assegura a quem ingressou no serviço público antes de 2003 aposentaria por invalidez com proventos integrais. Relator da PEC 5/12 na CCJ, Alvaro Dias (PSDB-PR) elogiou a decisão.

Blairo: decisão favorece equilíbrio entre os Poderes

Na análise de Blairo Maggi (PR-MT), a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) em relação à constitucionalidade da lei que criou o Instituto Chico Mendes, proveniente de medida provisória, poderia ter se mostrado uma “boa trapalhada”, mas vai acabar ajudando a “equilibrar os Poderes da República”. O senador considera importante a análise prévia das MPs por comissão mista do Congresso.

— Com a atuação inicial do Congresso na verificação dos requisitos de admissibilidade, ou seja, de relevância e urgência, e parecer quanto ao mérito e à adequação financeira e orçamentária, a atuação do Executivo na edição das MPS se torna mais restrita — avaliou.

O principal efeito, afirmou o senador, será o fim dos chama-



Blairo destaca importância da análise prévia das MPs por comissão mista

dos “contrabandos”, assuntos alheios ao tema principal incluídos em uma mesma MP.

Blairo Maggi lembrou que a comissão (com 12 deputados e 12 senadores, respeitada a proporcionalidade partidária) deve emitir, no prazo de 14 dias, parecer único sobre a MP em análise.

Audiência com o ministro das Comunicações vai focar no compromisso assumido pelo Brasil para sediar a Copa do Mundo de 2014

Paulo Bernardo debaterá no Senado celulares 4G e telefonia móvel rural

AMANHÃ A COMISSÃO de Ciência e Tecnologia (CCT) vai debater com o ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, a licitação das duas faixas para operação de celulares da quarta geração (4G) e da faixa de 450 MHz para telefonia móvel no campo. Está prevista também a participação do presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), João Batista de Rezende. As licitações serão em abril.

A reunião foi pedido de Eduardo Braga (PMDB-AM), presidente da CCT, para quem ainda há dúvidas sobre a tecnologia a ser usada na faixa de 450 MHz e sobre a prestação do serviço. O foco da audiência será a recepção

da Copa do Mundo, em 2014, e das Olimpíadas, em 2016.

De acordo com Braga, o Brasil possui hoje 302,1 milhões de usuários dos serviços de telecomunicações, com o incremento de 16,8% em relação aos 258,5 milhões de assinantes no final do terceiro trimestre de 2010.

O crescimento também preocupa Vital do Rêgo (PMDB-PB), que apresentou requerimento semelhante de audiência. Em sua justificativa, ele cita avaliação do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (Sinditelebrasil) segundo a qual o governo terá que triplicar o número de antenas para cumprir o com-



Presidente da comissão, Braga pediu a audiência com ministro

promisso de oferecer telefonia 4G nas cidades-sede da Copa, com transmissão de dados até cem vezes mais rápida que a da rede 3G.

— Esse novo sistema está muito longe de transformar o dia da maioria dos brasileiros,

que usam celulares pré-pagos como instrumento de trabalho e em substituição ao telefone fixo — lamentou Vital.

Ele afirmou que dados recentes da Anatel mostram que, apesar de o Brasil ter 53.207 antenas de celular instaladas, 3.815 municípios não eram atendidos pela tecnologia 3G em outubro.

— Além disso, várias prefeituras do país aprovaram leis na última década limitando a instalação dos equipamentos por temerem efeitos [nocivos] à saúde, e ao menos sete das 12 cidades-sede de jogos da Copa de 2014 têm legislação específica para instalação de antenas — acrescentou Vital do Rêgo.



Representantes de empresas participam de leilão na Anatel: conexão de telefone celular de quarta geração chega a ser cem vezes mais rápida que a atual rede 3G

Vital do Rêgo pede apoio para criar CPI da Telefonia

Vital do Rêgo (PMDB-PB) pediu ontem o apoio dos senadores para criar comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investigue o funcionamento da telefonia do país e a atuação da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). O parlamentar disse que o Legislativo precisa exercer seu papel de fiscalizador.

Segundo o senador, o Brasil registra altos índices de reclamações sobre os serviços telefônicos e “ninguém está satisfeito”. Vital disse que o governo, por meio da Anatel, tem procurado minimizar “essa tragédia”, mas pouco tem conseguido. Ele lembrou que a Constituição garante que os serviços telefônicos devem ser mantidos de forma adequada.

— Isso não vem acontecendo com os serviços de telefonia, que é um dos campeões de reclamação nos Procons de todo o Brasil — afirmou.

O senador também manifes-



Senador lembra que a Constituição garante telefonia de forma adequada

tou apoio a comunicado conjunto da Caixa Beneficente de Oficiais e Praças e da Associação de Tenentes, Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar da Paraíba. Ele disse que o registro de homicídios passou de 454 em 1998 para 1.021 em 2008 — aumento de 125%. Em 2011, foram abertos quase mil inquéritos por violência contra a mulher.

— Esses dados mostram a falta de compromisso do governo do estado com a segurança pública — disse Vital.

Alvaro: autoridades foram cúmplices de Ricardo Teixeira

O governo brasileiro deveria influir na escolha do dirigente do Comitê Organizador da Copa do Mundo de 2014 para garantir a lisura no uso do dinheiro público destinado aos preparativos para os jogos, opinou Alvaro Dias (PSDB-PR).

Apenas 8,8% das verbas destinadas à competição têm origem privada, ressaltou o senador, que requereu ao Ministério do Esporte informações sobre todos os compromissos assumidos pelo governo para a realização da Copa.

Alvaro lamentou que a renúncia de Ricardo Teixeira da presidência da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e do Comitê Local da Copa de 2014 não tenha ocorrido antes.

— Sua renúncia, após 23 anos na CBF, se deu muito mais em resposta à pressão externa que à interna — acusou.

O senador, que em 2001 presidiu a CPI do Futebol, atribuiu a longevidade de Teixeira na di-



Governo devia influir na indicação para comitê da Copa, diz senador

reção da CBF à “cumplicidade de autoridades cooptadas pelo poder econômico e político”.

Alvaro recordou que a CPI, realizada há pouco mais de dez anos, revelou a existência de contas correntes ligadas a Teixeira em paraísos fiscais, que estabeleciam triangulação dos recursos que chegavam ao Brasil. Recentemente, lembrou o senador, a BBC de Londres apresentou ao mundo fatos criminosos relacionados ao futebol cujas investigações tiveram origem na CPI do Senado.

Guido Mantega fala hoje sobre situação da economia

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) reúne-se hoje para ouvir o ministro da Fazenda, Guido Mantega. Ele comparece ao Senado uma vez por semestre para falar sobre a situação econômica brasileira.

Na última vez, em agosto, Mantega participou de ciclo de debates realizado pela comissão sobre a crise mundial e suas consequências para o Brasil.

Em fevereiro, senadores da oposição apresentaram requerimento para que Mantega comparecesse ao Senado a fim de explicar denúncias de corrupção na Casa da Moeda, que é vinculada ao Ministério da Fazenda. O líder do PT, Walter Pinheiro (PT-BA), argumentou que Mantega vem ao Congresso, “como faz todo semestre”, para falar dos rumos da economia do país.

— No momento em que o ministro da Fazenda for falar, cada um pode perguntar o que quiser a ele — explicou o senador.

Comissão discute dívidas de pequeno produtor nordestino

O endividamento de pequenos produtores rurais junto ao Banco do Nordeste do Brasil (BNB) é tema de debate hoje na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

O autor do requerimento da audiência pública, Vital do Rêgo (PMDB-PB), relata que o BNB tem submetido os devedores a “taxas de juros exorbitantes” e “garantias esdrúxulas”, dificultando a quitação de pequenas dívidas. O senador afirma que “o desespero estende-se por todo o Nordeste”.

— São incontáveis os testemunhos de que o banco apenas simula perdoar as dívidas dos agricultores, nos termos da lei, sem, no entanto, oferecer nenhuma quitação do suposto perdão concedido — lamenta.

A CDR ouvirá o superintendente da Área de Recuperação de Crédito do BNB, José Andrade Costa; o presidente da Associação dos Mutuários do Crédito Rural do Estado da Paraíba, Jair Pereira Guimarães; o secretário-adjunto de Política Agrícola da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, João Rabelo; e o deputado estadual da Paraíba Assis Quintans (DEM).

Só este ano, quatro índios adolescentes já se suicidaram e outros sete se mataram em 2011, segundo líderes indígenas ouvidos ontem pela Comissão de Direitos Humanos

Álcool e drogas causam suicídios de jovens carajás, dizem lideranças

A LIVRE CIRCULAÇÃO de bebidas alcoólicas e drogas nas aldeias indígenas somada à falta de opções de estudo, trabalho e lazer para os jovens são as principais causas de suicídio entre os índios carajás no Tocantins, conforme lideranças reunidas ontem, em audiência pública, na Comissão de Direitos Humanos (CDH).

Os suicídios de quatro jovens carajás entre 14 e 17 anos nos dois primeiros meses do ano, além de outras seis tentativas no mesmo período e mais sete casos registrados em 2011, motivaram o debate, proposto por Vicentinho Alves (PR-TO).

Ao falar aos senadores, Iwrraru Karajá, cacique da aldeia Watau, relatou as mudanças ocorridas na Ilha do Bananal desde que os jovens índios conheceram bebidas alcoólicas e drogas, revelando ainda a falta de fiscalização na área.

— Não tem controle da entrada de bebida alcoólica e droga dentro das aldeias. [Traficantes] entram à vontade, as aldeias estão dominadas por drogas — disse, ao cobrar a presença da Fundação Nacional do Índio (Funai) na região e pedir mais segurança nas aldeias.

Ao comentar o assunto, Vicentinho Alves sugeriu a

construção de modelo de segurança que atenda às particularidades das comunidades indígenas.

Kohalue Karajá, coordenador de Assuntos Indígenas da Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos do Tocantins, concordou que o álcool e as drogas estão por trás dos suicídios. No entanto, ele disse que os casos também foram resultado de feitiçaria, observando ser essa uma questão cultural muito relevante para os indígenas.

A falta de perspectivas nas aldeias, na avaliação de Marcos Terena, membro da organização não governa-

mental Cátedra Indígena Internacional, tem origem nas perdas sofridas pelos povos indígenas no relacionamento com os não índios.

Terena disse lembrar dos carajás como índios altos e fortes, bons nadadores e remadores. Para ele, é preciso prioridade para o resgate de valores ancestrais.

— E não podemos deixar de ouvir a sabedoria da mulher nas aldeias. Também é preciso valorizar a parte espiritual. A força dos pajés pode ajudar a recuperar valores ancestrais, para que povos indígenas sintam firmeza nas relações interculturais — disse.

Senadores pedem secretaria nacional para os indígenas

A criação de uma secretaria nacional dos povos indígenas, com *status* de ministério e sustentação política capaz de unificar ações públicas, foi defendida por Vicentinho Alves e Paulo Paim (PT-RS) durante o debate na CDH.

Vicentinho considerou que houve avanços com as secretarias de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e de Políticas para as Mulheres e, por isso, defendeu órgão semelhante para os índios. Paim acredita que o futuro secretário deva ser escolhido pelas lideranças indígenas. Para Marcos Terena, da Cátedra Indígena Internacional, o trabalho hoje centralizado na Funai teria maior força e efetividade se fosse coordenado por uma secretaria nacional.

Outra proposta defendida na audiência pública foi a implementação, nas aldeias carajás da Ilha do Bananal, do Programa Segundo Tempo, do Ministério do Esporte, que prevê a inclusão social por meio da promoção de atividades esportivas e de lazer — sobretudo para jovens estudantes, no contraturno escolar. Terena se dispôs a buscar apoio do ministro do Esporte, Aldo Rebelo, para que o projeto chegue aos carajás ainda neste ano.

Vicentinho pediu apoio do governo federal na busca de soluções urgentes para pôr fim às tragédias que vitimam indígenas, não apenas no Tocantins, mas em todo o país. Ele e Paim anunciaram a apresentação de emendas ao Orçamento da União com o propósito de financiar ações que ampliem as oportunidades nas aldeias.



Assessores do governo do Tocantins e senadores Vicentinho Alves (2º à esq.) e Paulo Paim (C) ouvem o cacique Iwrraru Karajá: "Aldeias dominadas por drogas"

Soluções esbarram na falta de articulação dos governos

A proibição da venda de bebidas alcoólicas para indígenas na cidade de São Félix do Araguaia (MT) e o reforço na fiscalização em aldeias foram medidas adotadas, desde os suicídios do ano passado, pelo Ministério da Saúde em conjunto com a Funai e o Ministério Público. A informação é do secretário

especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde, Antônio Alves de Souza.

Cleso Moraes, coordenador regional da Funai em Palmas, reconheceu, no entanto, que é preciso vontade política e maior articulação dos governos federal, estadual e municipal para melhorar a atuação nas aldeias.

Leonidia Coelho, assessora da Secretaria da Justiça do Tocantins, concorda que a falta de articulação dos diferentes órgãos é o maior obstáculo para o combate ao problema. Ela disse que as causas são conhecidas e também as soluções, como ampliar as opções para os jovens e melhorar a educação e a saúde.

Na discussão, Vicentinho Alves cobrou a presença da Funai nas aldeias e considerou exagerada a contratação de organizações não governamentais para realizar atribuições da fundação. Para ele, as políticas para os povos indígenas deveriam ser aglutinadas em secretaria ligada à Presidência da República.

Paim comenta programas adotados por bancos para inclusão e pró-idosos

Programas de inclusão de pessoas com deficiência e medidas de proteção a idosos adotados pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban) foram citados por Paulo Paim (PT-RS) como solução para os empregadores que não contratam essas pessoas argumentando que elas muitas vezes não têm condições para trabalhar em determinadas atividades.

O senador relatou participação em debate da Febraban, sexta-feira, sobre inclusão de minorias raciais e de pessoas com deficiência. De acordo com Paim, bancos estão contratando

para depois capacitar.

— Contrataram, em tempos recentes, 10 mil pessoas com deficiência. É um exemplo a ser seguido.

De acordo com Paim, outro tema debatido foi o PLS 345/07, de sua autoria, que limita em 20% do benefício disponível o desconto de pagamento de valores referentes a empréstimos consignados, como forma de proteger os idosos. Hoje, o limite é de 30%.

Paim contou ainda que participou do programa *Canal Livre*, da TV Bandeirantes, que abordou o Estatuto do Idoso e a situação dos aposentados.

Walter Pinheiro reivindica políticas públicas para reduzir efeitos da seca

Walter Pinheiro (PT-BA) cobrou ontem políticas públicas para que o Nordeste consiga conviver com a seca da maneira menos traumatizante possível. Ele ressaltou que as "políticas de convivência com a seca" são importantes em várias regiões do país, mas principalmente no Nordeste, onde boa parte do território se localiza no semiárido.

— Estamos falando de uma área imensa onde as pessoas vivem, que elas cultivam e de onde tiram o seu



Waldemir Barreto/Agência Senado

sustento. E é importante lembrar o quanto a política de convivência com a seca é fundamental para enfrentar esses períodos. — disse, lembrando que quase 69% do território da Bahia fica no semiárido.

Segundo o senador, a Bahia tem 75 municípios em estado de emergência. Ele afirmou que, em audiência com o ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra Coelho, foi informado que recursos estão sendo liberados para o estado.

Participantes de debate em subcomissão defendem mais proteção e política pública de longo alcance para o setor de transporte aéreo

Audiência aponta necessidade de revisão do marco da aviação civil

A ATUALIZAÇÃO DO marco regulatório do transporte aéreo e a necessidade de dar mais proteção e segurança ao sistema foram defendidas pelos participantes de audiência pública que debateu, na Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil, as políticas governamentais para o setor.

Embora complete seis anos de criação na próxima semana, a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) — que regula, certifica e fiscaliza o setor aéreo — ainda não teve “fôlego” para atualizar todo o marco regulatório do setor, que continua em processo de revisão, explicou o diretor de Aeronavegabilidade da Anac, comandante Cláudio Passos.

Passos ressaltou que a Anac prioriza a segurança operacional do voo, mas que consumiu muito tempo estudando a defasagem dos regulamentos aéreos, oriundos de legislação extremamente fragmentada, detalhada e descritiva.

Ressaltou ainda que o Brasil é hoje um dos grandes produtores de aviões do mundo, o que, segundo ele, “dá à autoridade brasileira a responsabilidade primária por essas aeronaves, que voam nos cinco continentes e em empresas aéreas de todos os países”.

O crescimento acelerado da aviação civil nos últimos anos, seja em número de passageiros ou da frota nacional, também pegou as autoridades brasileiras no contrapasso do processo de implantação da Anac, disse o diretor da agência. Segundo Passos, a



Cláudio Passos (E), senador Vicentinho Alves e George Sucupira debatem políticas para o transporte aéreo na Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil

Lia de Paula/Agência Senado

Anac, quando criada, contava com mais de 2 mil funcionários e hoje tem pouco mais de 1.400. Recentemente, o órgão recebeu 1.300 servidores concursados, mas 180 já deixaram as funções em busca de melhores remunerações em outros órgãos.

Caos

Já o presidente da Associação de Pilotos e Proprietários de Aeronaves, comandante George Sucupira, disse que a situação da aviação civil brasileira é “caótica”. Afirmou que não existe política pública para o setor e que a Anac foi criada por imposição do mercado internacional, que visava à compra de aviões da Embraer, mas se recusava a entendimentos com as autoridades militares que até então comandavam o setor.

Sucupira criticou a sobreposição de funções entre órgãos do governo que cuidam do setor e disse que a Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República (SAC) “engessou tudo”.

— A aviação civil tem voado hoje com baixo número de acidentes porque os pilotos são extremamente preocupados com segurança. Se dependesse do Estado, cairia avião todo dia. Falta política de aviação civil. Não há aeroporto no Brasil hoje com condição de atender a demanda — afirmou.

Em relação à transferência recente pelo governo dos aeroportos de Guarulhos (SP), Viracopos (Campinas-SP) e Brasília à iniciativa privada, Sucupira avaliou que o atual governo “para ter chegado a esse ponto, é porque não sabe mais o que fazer”, já que nunca

foi a favor da privatização.

— Estão privatizando porque não tem mais jeito.

Ex-piloto, Vicentinho Alves (PR-TO), que preside a subcomissão, disse que é preciso ampliar o diálogo entre o Legislativo e os órgãos regulamentadores da aviação civil. O senador defendeu a formulação de política pública de longo alcance para o setor, além da correção das sobreposições entre órgãos como a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) e o Conselho Nacional dos Aeronautas (Conaer).

A subcomissão, que funciona no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) e é presidida por Eduardo Braga (PMDB-AM), pretende fazer outras 18 audiências para discutir problemas relacionados à aviação civil.

Subcomissão em Defesa do Emprego debate o Aerus

A Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social realiza hoje, a partir das 9h, audiência pública sobre o fundo de pensão Aerus, um dos principais credores da Varig. No encontro, será feita homenagem ao

advogado Castagna Maia, que morreu no início do ano. Ele era o responsável pelos processos em defesa dos aposentados e pensionistas do Aerus.

Entre os convidados, o advogado-geral da União, Luís Inácio Lucena Adams;

o secretário executivo do Ministério da Previdência Social, Carlos Eduardo Gabas; o diretor de Fiscalização da Superintendência Nacional de Previdência Complementar, Manoel Lucena dos Santos; e a viúva do advogado Castagna

Maia, Ana Helena Bedê.

Completam a lista a diretora de Assuntos Previdenciários do Sindicato Nacional dos Aeronautas, Graziella Baggio; e o presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores em Aviação Civil, Celso Klafke.

CCJ vota projeto sobre falsificação de medicamentos

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) pode votar amanhã projeto do senador Humberto Costa (PT-PE) que prevê a suspensão das atividades de empresas que falsifiquem ou adulterem remédios e cosméticos.

Na justificativa da proposta (PLS 464/11), Humberto avalia que a prolongada duração de processos administrativos para apurar a responsabilidade dos falsificadores acaba criando expectativa de impunidade.

Apesar de não estabelecer penas, o texto prevê a suspensão imediata das atividades quando forem encontrados indícios concretos de falsificação e adulteração. Atualmente, a polícia pode apreender a mercadoria, mas a empresa continua em funcionamento enquanto é processada.

Também estão sujeitas à medida administrativa, de acordo com o projeto, empresas que se dedicarem à venda ou distribuição, entrega e estocagem dos produtos. “Sabe-se que somente há quem se dedique a falsificar, corromper ou alterar produtos porque existem canais de distribuição”, justifica o autor.

Pela proposta, são considerados produtos falsificados, adulterados ou corrompidos os que estiverem sem registro no órgão de vigilância sanitária competente; em desacordo com a fórmula registrada; sem as características de identidade e qualidade admitidas para a sua venda; ou com redução do valor terapêutico. Também estão incluídos os produtos com procedência ignorada ou adquiridos de empresa sem licença sanitária.

Caso seja aprovado na CCJ, o texto deverá seguir para a Câmara dos Deputados.

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Waldemir Moka

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.gov.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burle

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Reportagem: Cíntia Sasse

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Cícero quer isenção de IR para maiores de 65 anos

Cícero Lucena (PSDB-PB) fez ontem apelo para que seja aprovada a isenção do Imposto de Renda para todos os valores recebidos por contribuintes com mais de 65 anos, respeitando o limite dos benefícios pagos no Regime Geral de Previdência Social.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Projeto amplia isenção que beneficia apenas aposentados, lembra Cícero

De autoria de Paulo Paim (PT-RS), a proposta (PLS 158/10) foi aprovada na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e encaminhada para votação em caráter terminativo na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Requerimento de Romero Jucá (PMDB-RR), entretanto, pede que seja apensado à matéria o PLS 447/07, que trata do mesmo assunto, mas estabelece como limite a idade de 75 anos. O pedido precisa ser aprovado para que a proposta continue a tramitar.

A isenção já vigora no país para contribuintes acima dos 65 anos, mas somente para aqueles que recebem apenas aposentadoria ou pensão.

Cristovam pede respeito ao piso dos professores

O descumprimento do piso salarial de R\$ 1.451 para professores (Lei 11.738/08) por vários estados e municípios foi lamentado ontem por Cristovam Buarque (PDT-DF).

— Acham que o mundo está comemorando que o Brasil é a

sexta potência e esquecendo que aqui temos desigualdade como quase nenhum outro país? — questionou.

Cristovam comentou que a aplicação de 0,1% do PIB brasileiro seria suficiente para que todos os estados pagassem o piso aos professores. Ele propôs a redução dos custos dos três Poderes, argumentando que economizar hoje com o corpo docente significa aumento de gastos no futuro.

O senador também cobrou a erradicação do analfabetismo e mais investimento em ciência e tecnologia. Em aparte, Cícero Lucena (PSDB-PB) propôs a elevação dos salários dos professores de nível superior.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Senador diz que 0,1% do PIB já seria suficiente para professores

Raupp anuncia obras emergenciais na BR-364

O início das obras de recuperação da BR-364, rodovia que liga as regiões Sudeste e Norte do país foi anunciado ontem em Plenário por Valdir Raupp (PMDB-RO). O senador reivindica a restauração da rodovia, principalmente do trecho de

aproximadamente 900 quilômetros que cruza Rondônia, considerado o pior do país.

Raupp informou que, segundo a Superintendência do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) em Rondônia, três empresas começam esta semana a operação tapa-buracos na rodovia.

A restauração efetiva ainda depende das licitações dos quatro trechos da rodovia previstas para os próximos dias. O primeiro edital deve ser publicado nesta semana.

— Hoje não adianta fazer tapa-buraco. Só a reconstrução vai resolver o problema — disse Raupp, informando que entre 180 e 200 pessoas morrem por ano na estrada.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Segundo o senador, 180 a 200 pessoas por ano morrem na rodovia

Em audiência, senador diz que conferência da ONU sobre meio ambiente só terá sucesso se atrair a participação de grande número de chefes de governo; analistas cobraram agenda mais ambiciosa

Rio+20 depende de líderes mundiais, alerta Collor

PARA GARANTIR LUGAR na história no nível da Cúpula da Terra de 1992, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) deverá ter agenda mais ambiciosa e atrair a presença de grande número de chefes de Estado e de governo. A advertência foi feita ontem por participantes de audiência pública promovida pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

O presidente da comissão, Fernando Collor (PTB-AL), considerou “tímido e desnordeado” o documento-base das negociações, divulgado pela Organização das Nações Unidas (ONU), conhecido como *zero draft*. Em sua opinião, é preciso garantir definição clara do que é a economia verde, além de estabelecer no documento o princípio do não retrocesso, por meio do qual a nova conferência não poderá adotar medidas que contrariem as decisões da Rio-92.

O senador ressaltou a

necessidade de atrair o maior número possível de líderes mundiais.

— O sucesso da Rio+20, no qual ainda teimo em acreditar, depende das decisões a serem tomadas e do número de chefes de Estado e de governo que estiverem presentes. Nenhuma desculpa deverá ser aceita pelo não comparecimento. Na Inglaterra, diz-se que o primeiro-ministro, David Cameron, não vai ao mesmo país mais de uma vez por ano. Nos Estados Unidos, dizem que há eleições em curso. Não se trata de convidar as autoridades, mas de convocá-las. A hora é de união e de ação — afirmou.

Marco forte

Ao expor os preparativos por parte do governo brasileiro, o embaixador Luiz Alberto Machado, do Ministério das Relações Exteriores, lembrou que a Rio-92, organizada por Collor em seu período na Presidência da República, foi um “marco incredivelmente forte para tudo o que veio depois”.

O professor Sérgio Besserman Vianna, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, disse não existir mais a “dicotomia perversa” entre o desenvolvimento e a preservação do meio ambiente. Ele alertou que os mais graves impactos da crise ambiental se abaterão justamente sobre as populações mais vulneráveis.

— Combater a pobreza é enfrentar a crise ecológica. A Rio+20 será avaliada pela coragem que terá de assumir de frente a gravidade dos problemas — advertiu.

O professor Eduardo José Viola afirmou que o cenário internacional não é favorável. Segundo ele, a sociedade norte-americana está dividida entre os que têm consciência ambiental e uma parcela “irracional”, composta principalmente por setores do Partido Republicano, de oposição ao presidente Barack Obama.

— A administração Obama está paralisada na capacidade de implementar políticas e colidirar o mundo — alertou.



Moreira Mariz/Agência Senado

Viola (UnB), Machado (MRE), senador Collor, Goldemberg (USP) e Vianna (PUC-RJ) debatem preparativos da Rio+20

Ex-ministro lembra convite à China em 92

Ex-ministro do governo Collor, o físico e professor da Universidade de São Paulo (USP) José Goldemberg recordou o esforço feito pelo então presidente da República, três meses antes da Rio-92, para trazer à cúpula mundial grande número de chefes de Estado e de governo.

Enviado à China, Goldemberg relatou ter sido inicialmente recebido pelo ministro do Meio Ambiente, que decidiu levá-lo ao primeiro-ministro chinês. Nesse momento, ele argumentou ao primeiro-ministro que seria do próprio interesse da China adotar novo

modelo de desenvolvimento. Cético, o primeiro-ministro lhe pediu um exemplo. O professor recorreu à diferença entre as geladeiras em uso na China e as mais eficientes em produção naquele momento.

— Com geladeiras mais eficientes, vocês gastariam três vezes menos energia e queimariam três vezes menos carvão — lembrou Goldemberg.

Durante o debate, ontem, Ana Amélia (PP-RS) disse ter ficado impressionada com informações do professor a respeito dos crescentes níveis

de consumo no planeta.

Cristovam Buarque (PDT-DF) assinalou não ver “empenho decisivo e forte do governo brasileiro” pelo sucesso da conferência e sugeriu a Collor que transmitisse a preocupação de toda o colegiado à presidente Dilma Rousseff.

Eduardo Suplicy (PT-SP) lembrou que já haveria uma oportunidade para isso hoje, para quando se espera a participação da presidente em sessão especial de homenagem ao Dia Internacional da Mulher e entrega do Diploma Bertha Lutz (*leia na pág. 2*).

Passage livre nos ônibus: quem paga a conta?

Empresas afirmam que governo deveria bancar gratuidades dadas a idosos e deficientes em viagens; em janeiro, Dilma rejeitou trecho de lei que dizia que passes livres só podem existir quando o poder público indica a fonte do dinheiro

Ricardo Westin

DAS LEIS QUE concedem viagem gratuita a certos grupos, duas são célebres. A primeira é a Lei do Passe Livre, de 1994, que dá a quem é pobre e deficiente o direito de viajar de graça em ônibus, trem e barco de um estado a outro. A segunda é o Estatuto do Idoso, de 2003, que beneficia os maiores de 65 anos no transporte municipal e interestadual.

Viagens grátis também são concedidas por prefeituras e estados. Espalham-se pelo país leis para desempregados (demitidos sem justa causa), estudantes, policiais (fardados ou não), deficientes, portadores de HIV, pessoas com insuficiência renal, hemofílicos, acompanhantes dos doentes...

Gratuidades são um tema altamente polêmico. Não por causa dos beneficiados — que, na maioria dos casos, de fato precisam do auxílio. Mas, sim, pelo aspecto financeiro.

— Não sai de graça. Quem acaba pagando a fatura são os demais usuários, os que pagam passagem. No caso do transporte urbano, principalmente o trabalhador informal, que não recebe vale-transporte. Não há nada mais injusto — afirma Ailton Brasiliense, diretor da Associação Nacional de Transportes Públicos (ANTP).

Segundo Brasiliense, os empresários seguem as leis. Mas, para não amargar prejuízo, compensam os montantes



Viajantes esperam para embarcar na rodoviária de Brasília: projetos em tramitação no Congresso incluem novos grupos na lista dos beneficiários do passe livre

perdidos aumentando o valor da passagem dos pagantes.

— Ninguém questiona seu cunho social. É política pública. Por isso, quem tem de pagar é o governo. É papel dele.

Contas

Por ano, as empresas de ônibus interestaduais contabilizam 4 milhões de passagens emitidas pela Lei do Passe Livre. E mais de 2 milhões pelo Estatuto do Idoso. Cada ônibus precisa separar dois assentos para deficientes de baixa renda (até um salário mínimo mensal *per capita*) e outros dois lugares para maiores de 65 anos carentes (até dois salários mínimos).

— O governo tem o Farmácia Popular [remédios a preços simbólicos] e o Prouni [bolsas de estudo em universidades privadas], que são bancados com verba pública. Por que no transporte é diferente? — questiona

Cláudio Flor, porta-voz da Associação Brasileira das Empresas de Transporte Terrestre de Passageiros (Abrati).

Nem todo o custo é repassado aos passageiros pagantes, segundo a Abrati. Como consequência, pelas contas da entidade, as gratuidades custam às empresas rodoviárias 8% do faturamento anual.

O tema é tão delicado que a Lei do Passe Livre foi aprovada em 1994, mas passou a valer só em 2001, quando foi integralmente regulamentada. Logo depois, a Abrati tentou derrubá-la no Supremo Tribunal Federal — por não indicar a fonte de custeio e supostamente desrespeitar o princípio constitucional da livre iniciativa. Sem sucesso. Respondeu a ministra Cármen Lúcia, relatora do processo:

— Toda a sociedade, não só o Estado, tem obrigação de

adotar providências para incluir todos esses portadores [de deficiência] no que seja compatível com suas condições.

A presidente Dilma Rousseff reacendeu a polêmica. Em janeiro, sancionou a Política Nacional de Mobilidade Urbana saída do Congresso. Vetou o trecho que tornaria obrigatória a indicação da origem das verbas que sustentariam todas as novas gratuidades. Ela ouviu sua equipe econômica, que lhe advertira que o governo federal ficaria obrigado a enviar mais verbas a estados e prefeituras.

No Congresso, tramita uma série de projetos que ampliam o guarda-chuva das gratuidades. No mês passado, o Senado aprovou um texto (PLS 27/10) do então senador Flávio Arns que dá o passe livre interestadual ao acompanhante do deficiente. O projeto, agora na Câmara, recebeu uma emenda

de Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) que diz que as empresas “serão ressarcidas”.

Outro projeto, de Renan Calheiros (PMDB-AL), inclui na Lei do Passe Livre os portadores de diabetes melito (PLS 389/08). Uma proposta de Paulo Paim (PT-RS) inclui na Constituição que pessoas com deficiência e idosos têm direito a viajar gratuitamente dentro e fora das cidades (PEC 49/07).

O projeto do Estatuto da Juventude (PLC 98/11) prevê que estudantes carentes (com renda de até dois salários mínimos) na faixa dos 15 aos 29 anos tenham dois assentos gratuitos no transporte interestadual. O parecer de Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) foi aprovado no mês passado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Antes, o Senado havia analisado projetos de passe livre nos aviões. Nenhum prosperou.

Saiba mais

Manual do passe livre do Ministério dos Transportes
<http://bit.ly/passeLivre>

Lei do Passe Livre
<http://bit.ly/Lei8899>

Estatuto do Idoso
<http://bit.ly/estatutoldoso>

Confira outras edições do Especial Cidadania em www.senado.gov.br/jornal



Passo a passo: como conseguir o passe livre federal

Para que serve o passe livre? Emitida pelo Ministério dos Transportes, a carteira do passe livre permite viajar gratuitamente em ônibus, trem ou barco de um estado para outro. O passe livre não permite viajar dentro da cidade nem para outra cidade do mesmo estado. Também não vale para viagens em ônibus dos tipos executivo e leito.

Quem tem direito? Pessoas com deficiência e, ao mesmo tempo, comprovadamente carentes. A deficiência pode ser física, mental, auditiva ou visual e precisa ser atestada pela rede pública de saúde. A renda familiar por pessoa não pode ultrapassar um salário mínimo (R\$ 622 hoje).

Como calcula a renda? Veja quantos dos familiares que vivem em sua casa têm salário. Se a família tiver outros rendimentos (atividade agrícola, pensão, aposentadoria etc.), eles também devem ser computados. Some os valores. Divida o resultado pelo número de familiares, incluindo os que são menores e os que não têm renda. Se o valor for igual ou abaixo de um salário mínimo, o portador de deficiência será considerado carente.

Como solicitar o passe livre? Envie os formulários preenchidos (o requerimento e o atestado da rede pública de saúde) e seus documentos pessoais para o Ministério dos Transportes (caixa postal 9.600, Brasília-DF, CEP 70040-976). Os formulários estão no site do ministério (veja o link no quadro ao lado). Não deixe de informar seu endereço completo, para que o Ministério dos Transportes lhe envie a carteira do passe livre.

Quais são os documentos necessários? Cópia de um documento de identificação (certidão de nascimento, carteira de identidade, certidão de casamento, certidão

de reservista, carteira de trabalho ou título de eleitor), original do atestado assinado pela equipe de saúde do SUS comprovando a deficiência e o formulário com a declaração de renda. Quem fizer declaração falsa de carência sofrerá as penalidades previstas em lei.

É preciso pagar pela carteira do passe livre? Não. Não aceite intermediários. Você não paga nada para solicitar o passe livre. A única despesa é a do correio, para enviar os documentos e os formulários para o Ministério dos Transportes.

Como consigo a passagem gratuita do passe livre? Apresente a carteira do passe livre junto com sua carteira de identidade em um ponto de venda de passagens. É preciso pedir a passagem com antecedência, no mínimo três horas antes do início da viagem. Em cada ônibus, trem ou barco, as empresas são obrigadas a reservar dois assentos para os usuários do passe livre.

O que faço se os dois assentos já estiverem ocupados? Se as vagas já estiverem preenchidas, a empresa tem a obrigação de reservar sua passagem em outra data ou horário.

O acompanhante do portador do passe livre também viaja sem pagar? Não. O acompanhante não tem direito a viajar de graça.

Se eu tiver problemas para usar o passe livre, como reclamo? Caso não seja atendido, reclame pelo telefone (61) 2029-8035, entre as 8h e as 17h.

Ano II - Nº 9
Brasília, março de 2012

INTERLEGIS **BRASIL**

Por um Legislativo moderno e integrado

**Interlegis é destaque
na maior feira de
tecnologia do mundo**

Pág. 2

**Eleições 2012:
urnas eletrônicas
passam por testes
de segurança**

Pág. 4

**Interlegis 15
anos: Armando
Nascimento conta
como tudo começou**

Pág. 4

Senado vai a feira tecnológica mundial

Produtos do Interlegis foram destaques na representação brasileira na CeBIT 2012, na Alemanha

O Senado, por meio do Interlegis, se fez presente na edição 2012 da maior e mais importante feira de tecnologia de informação e comunicação digital do mundo, a CeBIT, realizada em Hannover, Alemanha, de 6 a 10 de março. O Brasil foi convidado para ser o parceiro oficial do evento e, por isso, recebeu espaço de seis estandes, com delegação recorde de instituições públicas e privadas. Mais de 70 empresas e 20 instituições privadas e governamentais marcaram presença, entre elas a Embrapa, a Embraer e a Petrobras.

Participaram 4.200 expositores de 70 países, para cerca de 350 mil visitantes ao longo do evento. A cerimônia de abertura contou com a presença da presidente Dilma Rousseff, da chanceler alemã, Angela Merkel, e de ministros dos dois países. Empresas e órgãos estatais brasileiros apresentaram seus avanços e inovações no setor.

A equipe do Interlegis foi composta pelo diretor de Tecnologia, Ricardo Ramos, do chefe de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico, José Gouveia, e do técnico Jean Ferri. Eles apresentaram o Portal-Modelo para Internet, o Sistema de Apoio ao Processo Legislativo e outros produtos, acenando com a possibilidade de fornecer tecnologia gratuitamente a países em desenvolvimento, como já ocorreu com Guiné-Bissau.

Para Ricardo Ramos, foi uma oportunidade “sem precedentes”



João Gouveia e Jean Ferri, do Interlegis, na porta dos estandes brasileiros



Senado mostra os produtos Interlegis na ala brasileira da CeBIT, em Hannover, Alemanha

de fazer contatos com instituições estrangeiras que possam fazer essa intermediação e também trocar experiências.

— O Brasil contou, pela primeira vez, com estandes em todos os pavilhões temáticos, o que deu grande visibilidade para a indústria brasileira de tecnologia de informação e comunicação — disse.



Representantes se reúnem em videoconferência

Na primeira videoconferência de 2012, em 5 de março, a direção do Interlegis e os representantes das assembleias legislativas discutiram ações previstas para o primeiro semestre, com destaque para a 16ª Conferência Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais (de 29 de maio a 1º de junho, em Natal).

A participação do Interlegis será no Fórum dos Diretores-Gerais, dia 30. Um estande divulgará para os participantes — vereadores, deputados estaduais e federais, senadores e servidores do Legislativo — ações e produtos do Interlegis.

Na videoconferência foi solicitada a devolução de formulários entregues em Aracaju,

ano passado, para designação dos representantes de cada assembleia, além de sugestões de debates.

Também foram discutidos o encontro de vereadores de todos os municípios de Mato Grosso

do Sul (29 e 30 de março), o Programa de Integração dos Vereadores, ensino a distância e uma oficina sobre ouvidoria parlamentar em parceria com a Câmara de Salvador, Assembleia da Bahia e Interlegis.



Diretores do Interlegis conversam com representantes das assembleias

Interlegis realiza diagnóstico de 350 câmaras municipais

O Interlegis está levantando as condições atuais de 350 câmaras municipais do país para o Projeto de Modernização Legislativa (PML).

Com essas informações, o programa vai propor soluções pontuais que melhorem o funcionamento dessas casas legislativas. Em fevereiro, os

processos de diagnósticos foram retomados e 17 municípios já foram avaliados. A meta para este ano é de 66 casas. O objetivo é terminar o trabalho até dezembro de 2013, como acordado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), parceiro internacional do programa.

Confira as 17 câmaras que foram diagnosticadas este ano:

- ALAGOAS**
 - Maragogi • Marechal Deodoro • Penedo
- CEARÁ**
 - Aracati • Beberibe • Sobral
- MINAS GERAIS**
 - Barbacena • Conselheiro Lafaiete • Governador Valadares • Juiz de Fora • Montes Claros • Teófilo Otoni
- SÃO PAULO**
 - Jundiaí • Louveira • Osasco • Santos • Votorantim



Diretores do Interlegis apresentam PML a dirigentes da Câmara de Fortaleza

Câmara de Fortaleza adere a programa de modernização

Em reunião na Câmara Municipal de Fortaleza, diretores do Interlegis acertaram os últimos pontos para a adesão da Casa ao Projeto de Modernização Legislativa (PML).

O presidente da Casa, vereador Acrísio Sena, marcou a formalização e assinatura do respectivo convênio para abril.

O PML envolve uma série de ações articuladas baseadas nos pilares Comunicação, Informação, Tecnologia e Capacitação. Segundo o diretor do Interlegis, Haroldo Tajra, o objetivo é melhorar o funcionamento da Câmara, com mais transparência e eficácia dos processos legislativo e de gestão.

Diretores-gerais definem agenda

Dirigentes do Interlegis reuniram-se em 5 de março para debater a participação do Fórum Nacional dos Diretores-Gerais de Casas Legislativas no Encontro da União Nacional dos Legislativos Estaduais (Unale), em Natal, de 31 de maio a 1º de junho.

Na reunião, em Brasília — com representantes das assembleias de São Paulo, Acre, Maranhão, Goiás e Minas Gerais, das

câmaras de Fortaleza e Palmas, do Senado e da Câmara dos Deputados — também foram discutidos processo eletrônico e certificações digital e ISO. O Interlegis se comprometeu a fazer levantamento sobre uso de sistemas informatizados na administração das casas legislativas, para verificar as bases operacionais, a possibilidade de compartilhamento e o uso de softwares livres ou proprietários.

EXPEDIENTE

Esta é uma publicação da Subsecretaria de Formação e Atendimento à Comunidade do Legislativo — Interlegis

Diretor nacional do Programa Interlegis: senador Cicero Lucena
Secretaria Especial do Interlegis

Diretor: Haroldo Feitosa Tajra
Diretora-adjunta: Mariângela Cascão
Diretores das subsecretarias: Cláudio Cavalcante, Francisco Biondo, João Marcelo Novais, Ricardo Ramos e Suélio de Sousa e Silva

Diretor: Francisco Etelvino Biondo
Editor responsável: Luiz Carlos Santana de Freitas
Editora: Letícia Borges
Apoio técnico e revisão: Jornal do Senado
Estagiárias de jornalismo: Gabriela Vogado e Letícia Pires
Projeto Gráfico, arte e diagramação: Bruno Sartório, Cássio Costa, Claudio Portella, Iracema da Silva, Mauricy Mansur e Ronaldo Alves
Impressão: Seep — Senado Federal

Capa: fragmento da fachada da sede do Interlegis/Brasília

Via N2, Anexo E - 2º andar - Senado Federal - CEP 70165-900 - Tel.: (61) 3303-1049

Informática para mil casas legislativas

Foram definidas as câmaras municipais que receberão do Interlegis computadores e impressoras

O Interlegis entregará computadores e impressoras multifuncionais para mil câmaras municipais que não foram contempladas nas primeiras etapas de distribuição, que começou em 2000 e terminou em 2007. Para garantir o bom uso do material, cada casa escolhida

se comprometerá formalmente a usá-lo corretamente.

— Trata-se de uma ação residual e contratual para complementar a primeira fase, que não se contrapõe ao atual Programa de Modernização do Legislativo (PML) — disse o diretor do programa, Haroldo Tajra.

O procedimento está previsto

no contrato com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), parceiro internacional do Senado para modernização e integração do Poder Legislativo.

Na primeira distribuição, o material fornecido a 3.545 câmaras iniciou a informatização da maioria delas, pois muitas ainda usavam máquina de escrever.

O andamento da ação vem sendo acompanhado pela área administrativo-financeira do Interlegis, que, por sua vez, é supervisionado pela estrutura gerencial do Senado. O início dos procedimentos administrativos de compra e distribuição dos mil kits dependia da definição das casas a serem contempladas.

O processo poderá ser acompanhado no Portal da Transparência do Senado (www.senado.gov.br/transparencia), na caixa "Licitações e Contratos".

No Portal do Interlegis (www.interlegis.leg.br), o cidadão também pode encontrar informações de todas as fases do processo.

MUNICÍPIOS CONTEMPLADOS (por estado)

ACRE

• Jordão • Porto Walter • Rodrigues Alves •

AMAPÁ

• Mazagão • Serra do Navio • Tartarugalzinho •

AMAZONAS

• Autazes • Barcelos • Barreirinha • Benjamin Constant • Beruri • Borba • Careiro da Várzea • Codajás • Guajará • Iranduba • Japurá • Nhamundá • Nova Olinda do Norte • Santa Isabel do Rio Negro • Santo Antônio do Itá • São Paulo de Olivença • Tabatinga •

BAHIA

• Acajutiba • Água Fria • Aiquara • Anagé • Antônio Cardoso • Antônio Gonçalves • Aramarí • Barra do Mendes • Barra do Rocha • Barro Alto • Barrocas • Boa Vista do Tupim • Boninal • Brejões • Buritirama • Cachoeira • Caculé • Caetanos • Cafarnaum • Cairu • Camamu • Canarana • Candeal • Canudos • Capim Grosso • Cardeal da Silva • Castro Alves • Central • Coaraci • Conceição da Feira • Conceição de Almeida • Conceição do Jacuípe • Condeúba • Coribe • Dom Macedo Costa • Filadélfia • Formosa do Rio Preto • Glória • Ibiassucê • Ibicoara • Ibiquera • Ibititá • Inhambupe • Ipirá • Itacaré • Itaju do Colônia • Itajuípe • Itanhém • Itiúba • Jaguarari • Jitaúna • Lagedo do Tabocal • Lajedinho • Lauro de Freitas • Lençóis • Licínio de Almeida • Macajuba • Macarani • Maragogipe • Marau • Mascote • Miguel Calmon • Morro do Chapéu • Mucuri • Mulungu do Morro • Mundo Novo • Muritiba • Mutuípe • Nordestina • Nova Canaã • Nova Fátima • Nova Redenção • Olindina • Orolândia • Palmeiras • Paratinga • Paripiranga • Pau Brasil • Piata • Pílo Arcado • Pintadas • Piritiba • Poções • Presidente Dutra • Queimadas • Quixabeira • Remanso • Ribeira do Amparo • Ribeirão do Largo • Rio de Contas • Ruy Barbosa • Santo Estêvão • São Desidério • São Domingos • São Felipe • São Félix • São Francisco do Conde • Saubara • Saúde • Serra Dourada • Serra Preta • Sítio do Mato • Tremedal • Tucano • Uibaí • Urandi • Uruçuca • Várzea da Roça •

CEARÁ

• Acarapé • Aiuba • Alcântaras • Amontada • Baixo • Banabuiú • Capistrano • Cariré • Catunda • Croatá • Cruz • Eusébio • General Sampaio • Granjeiro • Horizonte • Ibaratama • Ibicuitinga • Icapuí • Independência • Ipaumirim • Irauçuba • Itaitinga • Jardim Maranguape • Marco • Martinópolis • Milagres • Missão Velha • Monsenhor Tabosa • Pacatuba • Palmácia • Penaforte • Quixelô • Redenção • São Luís do Curu • Solonópole • Tamboril • Varjota •

GOIÁS

• Abadia de Goiás • Abadiânia • Água Limpa • Alexânia • Aragoiânia • Araguapaz • Arenópolis • Cachoeira Alta • Cachoeira de Goiás • Campinaçu • Campinorte • Chapadão do Céu • Damianópolis • Damolândia • Diorama • Estrela do Norte • Fazenda Nova • Formoso • Goianópolis • Guapó • Guarani de Goiás • Guarinos • Hidrolândia • Israelândia • Jussara • Mambai • Mara Rosa • Marzagão • Matrinchã • Maurilândia • Mossâmedes • Nova Crixás • Novo Brasil • Palestina de Goiás • Palmelo • Palminópolis • Pilar de Goiás • Pontalina • Professor Jamil • Rianópolis • Santa Bárbara de Goiás • Santa Isabel • Santa Tereza de Goiás • Santo Antônio da Barra • Santo Antônio de Goiás • Sítio d'Abadia • Turvânia • Turvelândia • Vila Boa •

ESPÍRITO SANTO

• Águia Branca • Atilio Vivacqua • Castelo • Divino de São Lourenço • Dolores do Rio Preto • Ibraçu • Ibitirama • Viana • Vila Pavão •

MARANHÃO

• Alto Alegre do Maranhão • Anapurus • Bacuri • Barreirinhas • Bom Jardim • Cajari • Campestre do Maranhão • Cantanhede • Capinzal do Norte • Centro do Guilherme • Cururupu • Gonçalves Dias • Governador Edison Lobão • Graça Aranha • Itaipava do Grajaú • Junco do Maranhão • Lima • Campos • Maracacumé • Maranhãozinho • Mata Roma • Matinha • Monção • Morros • Nina Rodrigues • Nova Olinda do Maranhão • Paço do Lumiar • Pirapemas • Presidente Vargas • Primeira Cruz • Raposa • Santa Luzia • Santa Quitéria do Maranhão • São João Batista • São José de Ribamar

• São Mateus do Maranhão • Sucupira do Norte • Turiaçu • Viana • Zé Doca •

MATO GROSSO

• Carlinda • Denise • Jangada • Juscimeira • Nova Bandeirantes • Nova Brasilândia • Nova Lacerda • Nova Marilândia • Nova Monte Verde • Rosário Oeste • Tesouro • Várzea Grande •

MATO GROSSO DO SUL

• Alcinoópolis • Anastácio • Chapadão do Sul • Deodápolis • Douradina • Figueirão • Itaporã • Itaquiraí • Ivinhema • Laguna Carapã • Miranda • Nioaque • Porto Murtinho • Rio Verde de Mato Grosso • Rochedo • Sete Quedas • Sonora • Tacuru •

MINAS GERAIS

• Aiuruoca • Almenara • Alvarenga • Andradas • Arcos • Bambuí • Berizal • Bertópolis • Boa Esperança • Bom Jesus do Amparo • Bom Sucesso • Botelhos • Brasília de Minas • Buenópolis • Buritizeiro • Campos Altos • Campo Azul • Cantagalo • Carai • Carbonita • Carmópolis de Minas • Casa Grande • Catas Altas • Catuji • Catuti • Cedro do Abaeté • Chiador • Claro dos Pocoes • Comercinho • Conceição da Aparecida • Cônego Marinho • Confins • Conceição da Barra de Minas • Conceição do Mato Dentro • Coroaci • Coronel Murta • Coronel Xavier Chaves • Couto de Magalhães de Minas • Cristália • Desterro de Entre Rios • Desterro do Melo • Divino das Laranjeiras • Dom Silvério • Dolores de Guanhanes • Dolores do Turvo • Engenheiro Navarro • Estrela do Indaí • Estrela do Sul • Felício dos Santos • Felixlândia • Fortaleza de Minas • Fortuna de Minas • Frei Gaspar • Goiabeira • Gonçalves • Guarará • Guarda-mor • Ibiracatu • Itamogi • Ibertioga • Ibiaí • Ibiraci • Ibituruna • Icarai de Minas • Igaratinga • Indaiabira • Itacambira • Itamarati de Minas • Itapeverina • Itapeva • Itaú de Minas • Jaboticatubas • Jacu • Japaraba • Jeceaba • Jequitibá • Joaquim Felício • Juvenília • Ladainha • Lagoa dos Patos • Lambari • Lamim • Lassance • Leandro Ferreira • Leopoldina • Liberdade • Luislândia • Machacalis • Mamonas • Mata Verde • Matias Barbosa • Matias Cardoso • Medeiros • Mendes Pimentel • Miravânia • Moema • Monjolos • Nacip Raydan • Nazareno • Nova Era • Nova Porteirinha • Nova União • Ouro Fino • Ouro Verde de Minas • Padre Carvalho • Pains • Paiva • Palma • Passa Quatro • Passabém • Pavão • Pedra Dourada • Pimenta • Piau • Pintópolis • Piracema • Pirajuba • Pompéu • Ponto Chique • Piranguinho • Pitangui • Prados • Prudente de Moraes • Raul Soares • Ribeirão Vermelho • Ritópolis • Presidente Bernardes • Rio Paranaíba • Romaria • Rubim • Sabará • Santa Bárbara do Leste • Santa Cruz de Minas • Santa Fé de Minas • Santa Rita de Jacutinga • Santa Rosa da Serra • Santana do Deserto • São Bento Abade • São Domingos do Prata • São Geraldo • São Geraldo da Piedade • São Gotardo • São João da Lagoa • São João da Mata • São João Evangelista • São José da Safira • São José da Varginha • São Pedro da União • São Romão • São Roque de Minas • São Sebastião do Oeste • São Sebastião do Rio Preto • São Tiago • São Tomás de Aquino • Sarzedo • Senador Modestino Gonçalves • Senhora de Oliveira • Senhora dos Remédios • Serra Azul de Minas • Serra dos Aimorés • Serrania • Serranópolis de Minas • Simão Pereira • Simonésia • Soledade de Minas • Sobralia • Taquaraçu de Minas • Tarumirim • Umburitiba • Vargem Bonita • Vargem Grande do Rio Pardo • Varjão de Minas • Varzelândia •

PARÁ

• Acará • Afuá • Alenquer • Anapu • Aurora do Pará • Aveiro • Baião • Belterra • Benevides • Bonito • Brejo Grande do Araguaia • Bujaru • Capanema • Chaves • Colares • Curralinho • Curuçá • Dom Eliseu • Faro • Garrafão do Norte • Goianésia do Pará • Igarapé-Açu • Inhangapi • Irituia • Limoeiro do Ajuru • Maracanã • Monte Alegre • Nova Timboteua • Ourém • Palestina do Pará • Quatipuru • Santa Cruz do Arari • Santa Maria do Pará • Santo Antônio do Tauá • São Caetano de Odivelas • Terra Alta • Vitória do Xingu • Xinguara •

PARANÁ

• Almirante Tamandaré • Altônia • Alvorada do Sul • Amapora • Antonina • Assis Chateaubriand • Balsa Nova • Bela Vista do Paraíso • Boa Vista da Aparecida

• Bocaiúva do Sul • Bom Sucesso • Braganey • Califórnia • Cambé • Campina Grande do Sul • Campo do Tenente • Carambei • Centenário do Sul • Céu Azul • Congonhinhas • Cruzmaltina • Curiúva • Douradina • Doutor Ulysses • Entre Rios do Oeste • Espigão Alto do Iguaçu • Fazenda Rio Grande • Florestópolis • Flórida • Formosa do Oeste • General Carneiro • Godoy Moreira • Guairaçu • Guapirama • Icaraíma • Iguaçu • Imbaú • Imbituva • Inácio Martins • Jesuítas • Joaquim Távora • Lupionópolis • Maripá • Mauá da Serra • Mercedes • Miraselva • Morretes • Nova Aurora • Nova Santa Rosa • Novo • Tacomomi • Pato Bragado • Paula Freitas • Perobal • Pinhalão • Prado Ferreira • Primeiro de Maio • Quatro Pontes • Ramilândia • Rancho Alegre • São João do Ivaí • São Jorge do Patrocínio • São José da Boa Vista • São Manoel do Paraná • Serranópolis do Iguaçu • Sertaneja • Tapejara • Tibagi • Tüneiras do Oeste • Tupãssi • Uniflor • Ventania • Verê • Xambrê •

PERNAMBUCO

• Agrestina • Água Preta • Alinho • Angelim • Barra de Guabiraba • Bodocó • Camocim de São Félix • Camutanga • Capoeiras • Catende • Condado • Cortês • Dormentes • Escada • Flores • Glória do Goitá • Gravatá • Iati • Jaboatão dos Guararapes • Jataúba • João Alfredo • Jucati • Jupi • Lagoa do Ouro • Lagoa dos Gatos • Lajedo • Machados • Manari • Mirandiba • Olinda • Orocó • Ouricuri • Palmeirina • Parnamirim • Passira • Pedra • Petrolândia • Poção • Primavera • Rio Formoso • Santa Terezinha • São João • São Joaquim do Monte • São Lourenço da Mata • Serrita • Tabira • Terra Nova •

PIAUI

• Acauã • Agricolândia • Amarante • Aroazes • Arraial • Barra d'Alcântara • Bertolínia • Betânia do Piauí • Bocaina • Bom Princípio do Piauí • Boqueirão do Piauí • Brejo do Piauí • Buriiti dos Montes • Cajazeiras do Piauí • Caldeirão Grande do Piauí • Campo Alegre do Fidalgo • Canavieira • Cocal • Conceição do Canindé • Coronel José Dias • Cristalândia do Piauí • Cristino Castro • Curralinhos • Fartura do Piauí • Flores do Piauí • Guaribas • Ilha Grande • Itainópolis • Jacobina do Piauí • Joca Marques • Lagoa do Sítio • Lagoinha do Piauí • Miguel Leão • Milton Brandão • Monte Alegre do Piauí • Morro Cabeça no Tempo • Piracuruca • Porto • Riacho Frio • Ribeiro Gonçalves • Santa Cruz dos Milagres • Santa Rosa do Piauí • Santo Antônio de Lisboa • São Félix do Piauí • São Francisco do Piauí • São Gonçalo do Piauí • São João do Arraial • São Julião • Tanque do Piauí • Vera Mendes • Vila Nova do Piauí •

RIO DE JANEIRO

• Belford Roxo • Carmo • Itaboraí • Itatiaia • Magé • Mesquita • Nova Iguaçu • Resende • São Fidélis • São Gonçalo • São João da Barra • Seropédica • Silva Jardim • Tanguá • Varre-Sai •

RIO GRANDE DO NORTE

• Afonso Bezerra • Antônio Martins • Areia Branca • Baraúna • Barcelona • Bento Fernandes • Bodó • Bom Jesus • Brejinho • Cerro Corá • Espírito Santo • Francisco Dantas • Frutuoso Gomes • Ipanguaçu • Jandaíra • Jucurutu • Maxaranguape • Monte das Gameleiras • Parazinho • Pedra Grande • Pedra Preta • Pedro Avelino • Pedro Velho • Ruy Barbosa • Santa Maria • São Gonçalo do Amarante • São Tomé • Senador Geórgio Avelino • Serra Caiada • Sítio Novo • Taboleiro Grande • Tibau do Sul • Várzea • Venha-ver • Viçosa •

RIO GRANDE DO SUL

• Alpestre • Amaral Ferrador • Ametista do Sul • Áurea • Barra do Guarita • Barros Cassal • Bento Gonçalves • Cambará do Sul • Campestre da Serra • Campinas do Sul • Canela • Capitão • Carlos Barbosa • Cerro Branco • Colorado • Engenho Velho • Estação • Estrela Velha • Garruchos • Gramado Xavier • Gravataí • Herval • Jacuizinho • Mato Queimado • Mostardas • Nicolau Vergueiro • Nova Roma do Sul • Passa Sete • Paverama • Progresso • Protásio Alves • Rodeio Bonito • Rolante • Santa Cecília do Sul • São Domingos do Sul • São João do Polêsine • São José das Missões • São José do Inhacorá • Segredo • Sério • Taquari • Teutônia • Tiradentes do Sul • Traveseiro • Vale Real • Vanini • Vespasiano Correa • Vila Lângaro •

RONDÔNIA

• Alta Floresta d'Oeste • Campo Novo de Rondônia • Governador Jorge Teixeira • Machadinho d'Oeste • Monte Negro • Nova Brasilândia d'Oeste • Nova Maromê • Nova União • Pimenta Bueno • Primavera de Rondônia • Rio Crespo • Rolim de Moura • São Felipe d'Oeste • Theobroma • Urupá • Vale do Paraíso •

RORAIMA

• Amajari • Bonfim •

SANTA CATARINA

• Alto Bela Vista • Anitápolis • Armazém • Arvoredo • Barra Bonita • Campo Alegre • Campo Belo do Sul • Caxambu do Sul • Cordilheira Alta • Ermo • Formosa do Sul • Gravatal • Guabiruba • Guarimir • Içara • Imbituba • Lajeado Grande • Lebon Régis • Luzerna • Mondai • Monte Carlo • Monte Castelo • Navegantes • Nova Erechim • Nova Itaberaba • Palhoça • Riqueza • Rodeio • Romelândia • Salinho • Santa Cecília • Santa Terezinha do Progresso • São Bernardino • São João do Itaperiú • Vargem Bonita •

SERGIPE

• Amparo de São Francisco • Arauá • Areia Branca • Brejo Grande • Canhoba • Carmópolis • Cedro de São João • Cristinápolis • Cumbe • Divina Pastora • Feira Nova • Itaporanga d'Ajuda • Nossa Senhora Aparecida • Pedrinhas • Ribeirópolis • Simão Dias •

SÃO PAULO

• Águas da Prata • Águas de Lindóia • Altair • Álvares Machado • Americana • Américo de Campos • Andradina • Aparecida • Apiaí • Arapeí • Arco-Íris • Artur Nogueira • Atibaia • Avanhadava • Bady Bassitt • Barão de Antonina • Bento de Abreu • Birigui • Biritiba-Mirim • Bom Sucesso de Itararé • Braúna • Buritizal • Cabralia Paulista • Cabreúva • Caiabu • Cajoabi • Campos Novos Paulista • Capão Bonito • Castilho • Cesário Lange • Colina • Cotia • Cruzália • Cruzeiro • Descalvado • Divinolândia • Echaporã • Emilianópolis • Estrela do Norte • Fernão • Floreal • Flórida • Gabriel • Monteiro • General Salgado • Glicério • Guapiara • Guararema • Guataparã • Ipaussu • Ipiquã • Itapevi • Itaquaquecetuba • Itararé • Itatiba • Itirapuã • Jacareí • Jacupiranga • Jarinu • Joanópolis • João Ramalho • Jumirim • Lavínia • Lavrinhas • Louveira • Lucélia • Lucianópolis • Lupércio • Macedônia • Magda • Miguelópolis • Mirante do Paranapanema • Mirassol • Mongaguá • Monte Alto • Monte Castelo • Motuca • Murutinga do Sul • Narandiba • Natividade da Serra • Nazaré Paulista • Nova Campina • Nuporanga • Olímpia • Onda Verde • Orindiúva • Palestina • Paranapuã • Patrocínio Paulista • Paulínia • Pedreira • Piacatu • Piedade • Pindamonhangaba • Pirapora do Bom Jesus • Poá • Pontalinda • Populina • Porangaba • Pracinha • Praia Grande • Presidente Alves • Presidente Bernardes • Presidente Epitácio • Queiroz • Quintana • Redenção da Serra • Regente Feijó • Ribeira • Ribeirão Bonito • Ribeirão dos Índios • Roseira • Sabino • Sagres • Sales Oliveira • Salto • Sandovalina • Santa Lúcia • Santana da Ponte Preta • São João das Duas Pontes • São Lourenço da Serra • São Miguel Arcanjo • São Pedro • São Pedro do Turvo • São Simão • Sarutaiá • Serra Azul • Serrana • Sertãozinho • Tanabi • Tarabai • Taubaté • Tuiuti • Ubaituba • Ubirajara • Urânia • Várzea Paulista • Vinhedo • Zacarias •

TOCANTINS

• Barrolândia • Bernardo Sayão • Carrasco Bonito • Chapada de Areia • Crixás do Tocantins • Itaguatins • Itaporã do Tocantins • Lagoa do Tocantins • Mateiros • Palmeirante • Pau d'Arco • Praia Norte • Santa Rita do Tocantins • São Miguel do Tocantins • Silvanópolis • Sítio Novo do Tocantins • Taipas do Tocantins •

TSE promove “ataque” às urnas eletrônicas

Testes públicos serão realizados no fim deste mês com o objetivo de verificar a segurança do sistema de votação

A Justiça Eleitoral vai realizar entre 20 e 22 de março, na sede do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em Brasília, a segunda edição dos testes públicos de segurança do sistema eletrônico de votação.

Vinte e quatro técnicos e especialistas em informática realizarão “ataques” à urna eletrônica que será utilizada nas eleições deste ano.

— A ideia é que os participantes explorem eventuais falhas do sistema relacionadas à violação da integridade e do sigilo do voto — afirma Letícia Capobianco, da assessoria de comunicação do TSE.

Neste ano, o evento vai contar com o apoio do Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer (CTI), do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e da Universidade de Brasília (UnB).

Os participantes puderam configurar os sistemas utilizados no teste e elaborar suas estratégias. Eles assistiram a palestra que esclareceu tecnicamente



Assessoria de Comunicação do TSE

Urna eletrônica: a Justiça Eleitoral chamou especialistas para testes

o funcionamento dos sistemas eleitorais. Depois, cada um fez o plano de testes, com acesso aos códigos-fonte dos sistemas eleitorais, o que pode facilitar as tentativas de ataques à urna.

Foram aceitos 25 participantes. Foi vedada a participação, na condição de investigador, de servidores e prestadores de serviço da Justiça Eleitoral e os componentes das comissões Disciplinadora e Avaliadora dos testes.

Os primeiros testes públicos de segurança foram feitos em

2009. Na ocasião, nenhum dos participantes conseguiu burlar o sistema, mas o TSE premiou a melhor tentativa de ataque.

O vencedor foi o especialista em tecnologia da informação Sérgio Freitas, que tentou violar o sigilo do voto por meio da captação de ondas eletromagnéticas emitidas pelas teclas da urna durante a digitação, mas não obteve sucesso. Apenas a ideia dele foi aproveitada pelo TSE, que apresentou sugestões de contorno diante da possibilidade de ataque desse tipo.

CALENDÁRIO ELEITORAL

5 de março	Último dia para o TSE expedir as instruções
10 de abril	Último dia para o partido político publicar as normas para as coligações
10 de abril	Proibição de revisão de remuneração de agente público
9 de maio	Último dia para o eleitor requerer inscrição eleitoral ou transferência de domicílio, para o eleitor que mudou de residência dentro do município pedir alteração no seu título eleitoral e para o eleitor com deficiência ou mobilidade reduzida solicitar sua transferência para uma seção eleitoral especial
26 de maio	Início de propaganda intrapartidária para indicação de candidatos, vedado o uso de rádio, televisão e outdoor, observado o prazo de 15 dias que antecede a data definida pelo partido para a escolha dos candidatos

Depoimentos lembram 15 anos da criação do Interlegis

Nesta edição, começaremos a contar a história dos 15 anos do Interlegis, com depoimentos das pessoas que participaram da criação do programa. O primeiro é de **Armando Roberto Cerchi Nascimento**. Ele trabalha na Secretaria Especial de Informática do Senado, o Prodasen, desde 1985. É formado em Ciência da Computação, especialista em Ciência Política e doutor em Tecnologia. Relata o início das ações que ajudaram a afirmar o Interlegis como o maior programa de integração e modernização do Poder Legislativo do mundo.

Começo

“A primeira vez que buscamos fazer um projeto nos moldes do Interlegis foi em 1996. Fui convidado a propor iniciativas para compor a sua plataforma. Sugerir um projeto para estados e municípios. Vislumbramos que o caminho era incentivar a informatização das casas legislativas.

Em 1997, a então diretora do Prodasen, Regina Borges, me convidou para coordenar a comissão que elaboraria o projeto. Partimos do pressuposto de que era preciso um fator de interiorização da atividade legislativa no país e, assim, focamos nas câmaras municipais, que tinham sido esvaziadas na época da ditadura. Além da inclusão digital e da oferta de instrumentos de informática, era importante capacitar os servidores, devido à alta rotatividade, e os vereadores.

O projeto já nasceu com o nome de Interlegis, com a ideia de interligar as casas e promover a capacitação a distância, via internet. O então presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, apoiou a ideia durante



uma apresentação.

Fui nomeado presidente da comissão especial que detalharia o plano e executaria o projeto. Decidimos enquadrar todas as ideias na arquitetura que é usada até hoje: comunicação, informação e tecnologia. As ações básicas foram de integração (criação de comunidade virtual) e modernização (pontual em cada câmara).

Em junho de 1997, em sessão especial no plenário, foi oficialmente lançado o Interlegis. O fôlder do projeto-piloto foi distribuído para as primeiras 200 casas que aderiram ao programa. No mesmo dia, o Portal do Interlegis entrou no ar.

Para conseguir o apoio financeiro do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), enfrentamos muita negociação e a concorrência de outros projetos da América Latina. Em julho de 1999, foi assinado o primeiro contrato de empréstimo.

A estrutura funcional do Interlegis foi evoluindo e fui colocado como diretor do órgão. A primeira equipe, extremamente enxuta, trabalhava 12, 14 horas por dia. Ninguém no Senado, no BID e nem no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) reclamava. Desde o início, contamos com as melhores consultorias”.

Entrevista

“Eleições municipais causam recesso no Congresso”

David Fleischer – professor emérito do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília

Como o senhor avalia o papel do vereador?

David Fleischer — Tip O’Neill, ex-presidente da Câmara dos Deputados nos Estados Unidos, disse que o cargo de vereador é onde a vida política começa — “*All politics is local*”. O vereador é o político eleito que tem maior proximidade com o eleitor, que pode tentar resolver os problemas cotidianos locais. Ser eleito vereador é o primeiro passo na carreira de um político, que depois pode se eleger prefeito, deputado etc.

As eleições municipais interferem no quadro nacional?

DF: De uma certa maneira, sim, apesar de as eleições municipais serem descoladas das



Arquivo/Interlegis

eleições nacionais. Com exceção de Santa Catarina, a capital do estado é o maior município, com contingente eleitoral grande. Assim, prefeito de capital tem grande projeção, com cobertura nos jornais de circulação regional. Por isso, é sempre um candidato em potencial para governador. Já

o prefeito de uma cidade grande no interior do estado é sempre um candidato em potencial para deputado estadual ou federal.

O que senhor acha do calendário eleitoral brasileiro, que desvincula a eleição municipal da estadual e federal?

DF: É uma boa ideia, porque as eleições municipais não são contaminadas pelas eleições gerais. Este ano estamos vendo uma tentativa de nacionalizar a eleição para prefeito de São Paulo.

A separação faz com que o Brasil tenha sempre eleição nos anos pares, o que causa longo recesso eleitoral no Congresso, chamado de “recesso branco”. Sempre, uns 90 ou 100 de-

putados federais se candidatam a prefeito, e os outros deputados vão para seus redutos trabalhar para eleger seus aliados prefeitos e vereadores. Muitos senadores também voltam aos seus estados para apoiarem seus grupos políticos.

O senhor considera eficaz o nosso sistema eleitoral?

DF: Alguns elementos do nosso sistema são positivos: o princípio de maioria absoluta para os cargos executivos; a possibilidade de reeleição imediata para esses cargos; a Justiça Eleitoral, especialmente com a utilização das urnas eletrônicas; a regulamentação da propaganda eleitoral; e — o mais importante — a Lei da Ficha Limpa.

Entre os elementos negativos, temos a lista aberta para deputados, que enfraquece os partidos políticos e fortalece o voto manipulado. Melhor seria de fossem listas fechadas, onde cada partido prepare uma lista pré-ordenada de seus candidatos e o eleitor somente vota no “seu” partido.

Outro fator ruim é que o nosso sistema produz um grande número de partidos. Para remediar esta situação, o Brasil deveria adotar um sistema de “barreira” (cláusula de exclusão) — o partido que não alcance 1%, 2% ou 3% do voto válido não elege ninguém, é excluído. A lista fechada com sublegendas também poderia melhorar a situação.